

**No. 41193**

---

**Brazil  
and  
Spain**

**Memorandum of Understanding between the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil and the Ministry of Environment of the Kingdom of Spain on cooperation in the field of climate change for the development and implementation of projects within the clean development mechanism of the Kyoto Protocol. Brasília, 24 January 2005**

**Entry into force:** *24 January 2005 by signature, in accordance with section 7*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 13 April 2005*

---

**Brésil  
et  
Espagne**

**Mémorandum d'accord entre le Ministère des relations extérieures du Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Ministère de l'environnement du Gouvernement du Royaume d'Espagne relatif à la coopération dans le domaine des changements climatiques pour le développement et l'exécution de projets à l'intérieur d'un mécanisme de développement propre au Protocole de Kyoto. Brasília, 24 janvier 2005**

**Entrée en vigueur :** *24 janvier 2005 par signature, conformément à la section 7*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 13 avril 2005*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTERIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE DO REINO DA ESPANHA SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA  
DE MUDANÇA DO CLIMA PARA O DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO  
DE PROJETOS NO ÂMBITO DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO  
LIMPO DO PROTOCOLO DE QUIOTO

P R E Â M B U L O

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério do Meio Ambiente do Reino da Espanha  
(doravante denominados “as Partes”),

Recordando a cooperação existente e realçando a necessidade de conservar e melhorar o meio ambiente para a atual e futuras gerações, bem como a importância do desenvolvimento sustentável;

Recordando que o Brasil e a Espanha são Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (doravante referida como “a Convenção” ou “UNFCCC”) e depositaram seus respectivos instrumentos de ratificação e adesão ao Protocolo de Quioto à Convenção, com o objetivo de se tornarem Partes no Protocolo após sua entrada em vigor;

Considerando que o Preâmbulo da Convenção reconhece que a natureza global da mudança do clima requer a maior cooperação possível de todos os países e sua participação em uma resposta internacional efetiva e apropriada, conforme suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades e condições sociais e econômicas;

Levando em conta que o Artigo 12 do Protocolo de Quioto, e as decisões adotadas na Conferência das Partes e na Reunião das Partes (COP/MOP) referentes às diretrizes para sua aplicação, que prevê a transferência de reduções certificadas de emissões (RCEs) resultantes de atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, das Partes não incluídas no Anexo I para as Partes incluídas no Anexo I, que estas poderão utilizar para fins de cumprimento de parte de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões; e para favorecer o desenvolvimento sustentável da Parte não incluída no Anexo I e para alcançar o objetivo último da UNFCCC;

Reconhecendo a importância das políticas e medidas nacionais para cumprir com os compromissos de redução e limitação de emissões do Protocolo de Quioto dos países incluídos no Anexo 1, e o caráter adicional dos créditos procedentes das atividades baseadas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);

Reconhecendo que a participação em uma atividade de projeto MDL é voluntária e que isto implica a cooperação mútua em uma base de equidade;

Levando em conta, no caso da Espanha, a Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de outubro de 2003, pela qual se estabelece um regime para o comércio de direitos de emissão de gases de efeito estufa na Comunidade e pela qual se modifica a Diretiva 96/61/CE do Conselho, e a Diretiva 2004/101/CE, de 27 de outubro, pela qual se modifica a Diretiva 2003/87/CE com respeito aos mecanismos baseados em projetos do protocolo de Quioto;

Levando em conta o Real Decreto-Lei 5/2004, de 27 de agosto, pelo qual se regula o comércio de direitos de emissão de gases de efeito estufa, e o Real Decreto 1866/2004, de 6 de setembro de 2004, pelo qual se aprova o Plano Nacional de Atribuição (PNA) espanhol de direitos de emissão 2005-2007;

Reconhecendo que a cooperação em temas de mudança do clima, inclusive a implementação de atividades de projeto MDL, pode ser instrumental na mitigação de emissões de gases de efeito estufa em escala global, e ter um impacto positivo no desenvolvimento social, econômico e das comunidades;

Expressando a vontade política de desenvolver um processo duradouro de cooperação em questões relacionadas à mudança do clima, à luz dos objetivos e princípios da UNFCCC e do Protocolo de Quioto, particularmente no que se refere à implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto (MDL);

Acordam:

1. Formalizar a cooperação mútua na área de mudança do clima, mediante o estabelecimento de um foro para consultas políticas bilaterais regulares e com a finalidade de que ambas Partes alcancem seus objetivos sob a UNFCCC e seu Protocolo de Quioto, e de maneira a facilitar o cumprimento das obrigações da Espanha baseadas na Diretiva 2003/87/CE de 13 de outubro, pela qual se estabelece um regime para o comércio de direitos de emissão de gases de efeito estufa na Comunidade.

Estabelecer uma cooperação para apoiar e facilitar o investimento e a identificação de atividades conjuntas de projetos de redução e absorção de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, e a transferência à Espanha da parte acordada das reduções certificadas de emissões resultantes dessas atividades de projeto. Aplicar-se-ão modalidades e procedimentos em conformidade com o artigo 12 do Protocolo de Quioto e sua normativa de desenvolvimento.

2. No marco do presente Memorando de Entendimento, as Partes realizarão as seguintes atividades:

2.1 Constituir um Comitê de Seguimento para trocar pontos de vista sobre questões políticas relacionadas às negociações na área de mudança do clima, assim como para trocar informações e fomentar o desenvolvimento e a realização de projetos MDL com participação de entidades privadas ou públicas de ambos países. O Comitê de Seguimento deverá compreender um Ponto Focal de cada Parte, que será designado em um prazo de dois meses após a assinatura deste Memorando, assim como representantes de órgãos governamentais encarregados de questões relacionadas à mudança do clima em ambos países.

Os Pontos Focais serão responsáveis por todas as questões relacionadas ao cumprimento deste Memorando em seus respectivos países. O Ponto Focal do lado brasileiro será designado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; o Ponto Focal do lado espanhol será designado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Comitê de Seguimento deverá reunir-se ao menos uma vez por ano, às margens das Conferências das Partes na Convenção ou das sessões dos órgãos subsidiários da Convenção. As despesas de viagem e custos de hospedagem dos participantes das reuniões serão incorridos por cada Parte.

2.2 Trocarão pontos de vista sobre questões relacionadas às negociações internacionais sobre mudança do clima e poderão compartilhar informações sobre políticas nacionais e regionais, programas e normas relacionados à mudança do clima.

2.3 Promoverão a identificação e o conhecimento de oportunidades para realizar atividades de projeto MDL por parte dos setores público e privado de ambos os países, e poderão definir conjuntamente áreas prioritárias para o desenvolvimento e implementação de projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Essas áreas poderão ser identificadas e

eventualmente alteradas de comum acordo pelos Pontos Focais. A aprovação e implementação de atividades de projeto de interesse dependerão da conformidade de tais atividades com a legislação ambiental e normas do país anfitrião.

2.4 Os Pontos Focais deverão trocar informações e pontos de vista, durante as reuniões do Comitê de Seguimento e de forma regular, sobre os seguintes aspectos relacionados a atividades de projeto MDL, preservando, ao mesmo tempo, o nível adequado de confidencialidade:

- investidores privados potenciais e participantes de projetos;
- o andamento de projetos e outras atividades desenvolvidas sob o presente Memorando;
- fontes de financiamento para projetos e o conjunto de políticas necessárias para facilitar o acesso a essas fontes;
- critérios de projeto, procedimentos de aprovação e diretrizes aplicadas a projetos MDL;
- metodologias e mecanismos para a determinação de linhas de base de emissões e adicionalidade, bem como para o monitoramento e verificação de reduções líquidas de emissões de gases de efeito estufa.

3. Projetos potenciais poderão ser revisados por acordo mútuo durante as reuniões do Grupo de Trabalho Bilateral ou por meio de contato direto entre os Pontos Focais.

4. Caso alguma atividade de projeto envolva acesso, compartilhamento, transferência ou desenvolvimento conjunto de tecnologia sujeita a patentes ou outros direitos de propriedade intelectual, as Partes, ou seus representantes, decidirão em conjunto, antecipadamente, sobre a correta consideração dos direitos de propriedade intelectual, de acordo com a legislação vigente nos dois países.


5. Interpretações divergentes com respeito a normas internacionais ou questões relativas a projetos específicos deverão ser discutidas diretamente e de forma expedita entre os Pontos Focais. Em caso de controvérsias entre participantes de projetos MDL, as Partes realizarão seus melhores esforços para alcançar consenso.

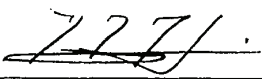
6. O presente Memorando poderá ser emendado por acordo mútuo entre as Partes.

7. Este Memorando de Entendimento entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o final do primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quito, ou seja, no ano de 2012, a menos que uma Parte notifique a outra Parte por escrito de sua intenção de extingui-lo. Este Memorando de Entendimento deixará de ter efeito seis meses depois que uma das Partes receba notificação por escrito da outra Parte sobre sua intenção de deixar de aplicá-lo. A extinção deste Memorando de Entendimento não afetará os projetos iniciados ou a aquisição de reduções certificadas de emissões que tenham sido acordados por qualquer das Partes antes da notificação.

8. O presente Memorando não gera obrigações jurídicas internacionais.

Assinado em duplicata em Brasília, em 24 de janeiro de 2005, em português e espanhol, sendo ambas versões igualmente válidas.

  
PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Celso Amorim  
Ministro das Relações Exteriores

  
PELO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE DA ESPANHA  
Miguel Angel Moratinos Cuyaubé  
Ministro dos Negócios Estrangeiros  
e da Cooperação

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL MINISTERIO DE RELACIONES  
EXTERIORES DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL MINISTERIO  
DE MEDIO AMBIENTE DEL REINO DE ESPAÑA SOBRE COOPERACIÓN EN  
EL ÁREA DE CAMBIO CLIMÁTICO PARA EL DESARROLLO Y  
EJECUCIÓN DE PROYECTOS EN EL ÁMBITO DEL MECANISMO  
DE DESARROLLO LIMPIO DEL PROTOCOLO DE KYOTO

PREÁMBULO

El Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Brasil

y

El Ministerio de Medio Ambiente del Reino de España  
(en adelante denominados “los Firmantes”),

Recordando la cooperación existente y realzando la necesidad de conservar y mejorar el medio ambiente para la actual y las futuras generaciones, así como la importancia del desarrollo sostenible;

Recordando que Brasil y España son Partes en la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (en adelante referida como “La Convención” o “CMNUCC”) y depositaron sus respectivos instrumentos de ratificación y adhesión al Protocolo de Kyoto a la Convención, con el objetivo de convertirse en Partes en el Protocolo después de su entrada en vigor;

Considerando que el Preámbulo de la Convención reconoce que la naturaleza global del cambio del clima requiere la mayor cooperación posible de todos los países y su participación en una respuesta internacional efectiva y apropiada, según sus responsabilidades comunes pero diferenciadas y respectivas capacidades y condiciones sociales y económicas;

Teniendo en cuenta que el Artículo 12 del Protocolo de Kyoto, y las decisiones adoptadas, en la Conferencia de las Partes y en la Reunión de las Partes (CdP/RdP), referentes a las directrices para su aplicación, permiten la transferencia de certificados de reducción de emisiones (CERs) resultantes de actividades de proyecto en el ámbito del Mecanismo de Desarrollo Limpio, de las Partes no incluidos en el Anexo I a las Partes incluidas en el Anexo I y, que éstas podrán utilizar para fines de cumplimiento de parte de sus compromisos cuantificados de limitación y reducción de emisiones; y para favorecer el desarrollo sostenible de la Parte no incluida en el Anexo I y alcanzar el objetivo último de la CMNUCC;

Reconociendo la importancia de las políticas y medidas nacionales para cumplir con los compromisos de reducción y limitación de emisiones del Protocolo de Kyoto de los países incluidos en el Anexo I, y el carácter adicional de los créditos procedentes de actividades bajo el MDL;

Reconociendo que la participación en una actividad de proyecto MDL es voluntaria y que esto implica cooperación mutua sobre la base de equidad;

Teniendo en cuenta, en el caso de España, la Directiva 2003/87/CE del Parlamento Europeo y del Consejo de 13 de octubre de 2003, por la que se establece un régimen para el comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero en la Comunidad y por la que se modifica la Directiva 96/61/CE del Consejo, y la Directiva 2004/101/CE, de 27 de octubre, por la que se modifica a Directiva 2003/87/CE con respecto a los mecanismos basados en proyectos del Protocolo de Kyoto.

Teniendo en cuenta el Real Decreto Ley 5/2004, de 27 de agosto, por el que se regula el comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero, y el Real Decreto 1866/2004, de 6 de septiembre de 2004, por el que se aprueba el Plan Nacional de Asignación (PNA) español de derechos de emisión 2005-2007,

Reconociendo que la cooperación en temas de cambio climático, incluida la ejecución de actividades de proyecto MDL, puede ser un instrumento en la mitigación de emisiones de gases de efecto invernadero a escala global, y tener un impacto positivo en el desarrollo social, económico y de las comunidades;

Expresando la voluntad política de desarrollar un proceso duradero de cooperación en cuestiones relacionadas con el cambio climático, a la luz de los objetivos y principios de la UNFCCC y del Protocolo de Kyoto, concretamente en lo que se refiere a la ejecución del Mecanismo de Desarrollo Limpio del Protocolo de Kyoto (MDL);

Acuerdan:

1. Formalizar la cooperación mutua en el área de cambio climático, mediante el establecimiento de un foro para consultas políticas bilaterales regulares y, con la finalidad de que ambos Firmantes alcancen sus objetivos bajo la CMNUCC y su Protocolo de Kyoto. De manera que se facilite el cumplimiento de las obligaciones de España bajo la Directiva 2003/87/CE de 13 de octubre, por la que se establece un régimen para el comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero en la Comunidad



Establecer una cooperación para apoyar y facilitar la inversión y reconocimiento de actividades conjuntas de proyectos de reducción y absorción de emisiones de gases de efecto invernadero en el Brasil, y la transferencia a España de la parte acordada de las reducciones certificadas de emisiones resultantes de esas actividades de proyecto. Se aplicarán las modalidades y procedimientos de conformidad con el artículo 12 del Protocolo de Kyoto y su normativa de desarrollo.

2. En el marco del presente Memorando de Entendimiento, los Firmantes realizarán las siguientes actividades:

2.1 Constituir un Comité de Seguimiento para intercambiar puntos de vista sobre cuestiones políticas relacionadas con las negociaciones en el ámbito del cambio climático, así como para intercambiar informaciones y fomentar el desarrollo y la realización de proyectos MDL con participación de entidades privadas o públicas de ambos países. El Comité de Seguimiento deberá comprender un Punto Focal de cada Firmante, que será designado en un plazo de dos meses después de la firma de este Memorando, así como representantes de órganos gubernamentales encargadas de cuestiones relacionadas con el cambio climático en ambos países.

Los Puntos Focales estarán encargados de todas las cuestiones relacionadas con el cumplimiento de este Memorando en sus respectivos países. El Punto Focal del firmante brasileño será designado por la Comisión Interministerial de Cambio Global del Clima; el Punto Focal del firmante español será designado por el Ministerio de Medio Ambiente.

El Comité de Seguimiento deberá reunirse por lo menos una vez al año, al margen de las Conferencias de las Partes en la Convención o de las sesiones de los órganos subsidiarios de la Convención. Los gastos de viaje y de hospedaje de los participantes en las reuniones correrán a cargo de cada Firmante.

2.2 Intercambiarán puntos de vista sobre cuestiones relacionadas con las negociaciones internacionales sobre cambio climático y podrán compartir informaciones sobre políticas nacionales y regionales, programas y normas relacionados con el cambio climático.

2.3 Promoverán la identificación y el conocimiento de las oportunidades para realizar actividades de proyectos MDL por parte de los sectores público y privado de ambos países, y podrán definir conjuntamente áreas prioritarias para el desarrollo y realización de proyectos bajo el Mecanismo de Desarrollo Limpio.

Esas áreas podrán ser identificadas y eventualmente modificadas de común acuerdo por los Puntos Focales. La aprobación y realización de actividades de proyecto de interés dependerán de la conformidad de tales actividades con la legislación ambiental y normas del país anfitrión.

2.4 Los Puntos Focales deberán intercambiar informaciones y puntos de vista, durante las reuniones del Comité de Seguimiento y de forma regular sobre los siguientes aspectos relacionados con actividades del proyecto MDL, preservando, al mismo tiempo, el adecuado nivel de confidencialidad:

- inversores privados potenciales y participantes en proyectos;
- el progreso de los proyectos y de otras actividades desarrolladas bajo el presente Memorando;
- fuentes de financiación para proyectos y el conjunto de políticas necesarias para facilitar el acceso a esas fuentes;
- criterios de proyecto, procedimientos de aprobación y directrices aplicadas a proyectos MDL;
- metodologías y mecanismos para la determinación de líneas de base de emisiones y adicionalidad, así como para el seguimiento y comprobación de reducciones netas de emisiones de gases de efecto invernadero.

3. Podrán revisarse proyectos potenciales por acuerdo mutuo durante las reuniones del Comité de Seguimiento o por medio de contacto directo entre los Puntos Focales.

4. En caso de que alguna de las actividades de proyecto cuente con acceso, participación, transferencia o desarrollo conjunto de tecnología sujeta a patentes u otros derechos de propiedad intelectual, los Firmantes, o sus representantes, decidirán en conjunto, anticipadamente, sobre la correcta consideración de los derechos de propiedad intelectual, de acuerdo con la legislación vigente en los dos países.

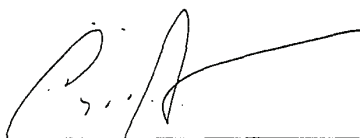
5. Interpretaciones divergentes respecto a normas internacionales o cuestiones relativas a proyectos específicos deberán discutirse directamente y de forma expedita entre los Puntos Focales. En caso de controversias entre los participantes en proyectos MDL, los Firmantes harán el mayor esfuerzo para alcanzar el consenso.

6. El presente Memorando podrá ser enmendado por acuerdo mutuo de los firmantes.

7. Este Memorando de Entendimiento se aplicará desde la fecha de su firma hasta el final del primer periodo de compromiso del Protocolo de Kyoto, es decir, en el año 2012, a menos que una de los Firmantes notifique por escrito a la otra sobre su intención de ponerle fin. Este Memorando de Entendimiento dejará de aplicarse seis meses después de la fecha en que una de los Firmantes reciba aviso escrito del otro sobre su intención de dejar de aplicarlo. El término de la aplicación de este Memorando de Entendimiento no afectará los proyectos iniciados o la adquisición de reducciones certificadas de emisiones que hubieren sido acordados por cualquiera de los Firmantes antes de la notificación.

8. El presente Memorando no genera obligaciones jurídicas internacionales.

Firmado en ejemplar duplicado el Brasilia, el 24 enero de año 2005, en portugués y español, siendo ambas las versiones igualmente válidas.



POR EL MINISTERIO DE RELACIONES  
EXTERIORES DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DE BRASIL  
Celso Amorim  
Ministro de Relaciones Exteriores



POR EL MINISTERIO DE MEDIO  
AMBIENTE DE ESPAÑA  
Miguel Angel Moratinos Cuyaubé  
Ministro de Asuntos Exteriores  
y Cooperación

[TRANSLATION — TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE MINISTRY OF  
EXTERNAL AFFAIRS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL  
AND THE MINISTRY OF ENVIRONMENT OF THE KINGDOM OF  
SPAIN ON COOPERATION IN THE FIELD OF CLIMATE CHANGE FOR  
THE DEVELOPMENT AND IMPLEMENTATION OF PROJECTS WITH-  
IN THE CLEAN DEVELOPMENT MECHANISM OF THE KYOTO PRO-  
TOCOL

PREAMBLE

The Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil and the Ministry of Environment of the Kingdom of Spain (hereinafter referred to as the "Signatories"),

Recalling existing cooperation and stressing the need to preserve and improve the environment for this and future generations, and the importance of sustainable development;

Recalling that Brazil and Spain are Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (hereinafter referred to as "the Convention" or "the UNFCCC") and have deposited their respective instruments of ratification and accession to the Kyoto Protocol to the Convention, with a view to becoming Parties to that Protocol after its entry into force;

Considering that the Preamble to the Convention acknowledges that the global nature of climate change calls for the widest possible cooperation by all countries and their participation in an effective and appropriate international response, in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities and their social and economic conditions;

Bearing in mind that Article 12 of the Kyoto Protocol and the decisions adopted by the Conference and the meeting of the Parties concerning the guidelines for its application provide for the transfer from Parties not included in Annex I to Parties included in Annex I of certified emission reductions (CERs) resulting from Clean Development Mechanism project activities, which may be used by the latter Parties for purposes of compliance with part of their quantified emission limitation and reduction commitments and for the promotion of the sustainable development of Parties not included in Annex I and the achievement of the ultimate objective of the UNFCCC;

Recognizing the importance of national policies and measures of compliance with the emission reduction and limitation commitments under the Kyoto Protocol of countries included in Annex I and the additionality of credits arising from activities under the Clean Development Mechanism (CDM);

Recognizing that participation in a CDM project activity is voluntary and that this entails mutual cooperation on an equitable basis;

Bearing in mind, in the case of Spain, Directive 2003/87/EC of the European Parliament and of the Council of 13 October 2003 establishing a scheme for green-

house gas emission allowance trading within the Community and amending Council Directive 96/61/EC, and Directive 2004/101/EC of the European Parliament and of the Council of 27 October 2004 amending Directive 2003/87/EC in respect of the Kyoto Protocol's project mechanisms;

Bearing in mind Royal Decree-Law 5/2004 of 27 August 2004 regulating greenhouse gas emission allowance trading, and Royal Decree 1866/2004 of 6 September 2004 adopting Spain's 2005-2007 National Allocation Plan for emission allowances;

Recognizing that cooperation on climate change issues, including in the implementation of CDM project activities, can be instrumental in mitigating greenhouse gas emissions on a global scale and have a positive impact on community, social and economic development;

Expressing the political will to develop a lasting process of cooperation on matters relating to climate change, in the light of the objectives and principles of the UNFCCC and the Kyoto Protocol, particularly with regard to the implementation of the Clean Development Mechanism of the Kyoto Protocol,

Have agreed as follows:

1. The Signatories shall establish mutual cooperation in the area of climate change by providing a forum for regular bilateral political consultations with a view to allowing both Signatories to achieve their objectives under the UNFCCC and the Kyoto Protocol to it, and in order to facilitate Spain's compliance with its obligations under Directive 2003/87/EC of 13 October 2003 establishing a scheme for greenhouse gas emission allowance trading within the Community.

They shall initiate cooperation in supporting and facilitating investment and identification of joint activities under projects for the reduction and absorption of greenhouse gas emissions in Brazil, and the transfer to Spain of the agreed part of the certified emission reductions resulting from those project activities. The modalities and procedures followed shall be in conformity with article 12 of the Kyoto Protocol and its rules for implementation.

2. Within the framework of this Memorandum of Understanding, the Signatories shall conduct the following activities:

- 2.1 They shall establish a Monitoring Committee to exchange views on policy issues pertaining to climate change negotiations and to exchange information and encourage the development and implementation of CDM projects involving the participation of public or private bodies from both countries. The Monitoring Committee shall include a focal point representing each Signatory, who shall be appointed within two months of the signature of this Memorandum, as well as representatives of government agencies in charge of climate change issues in the two countries.

The focal points shall be responsible for all matters relating to the implementation of this Memorandum in their respective countries. The focal point for the Brazilian Signatory shall be appointed by the Inter-Ministerial Global Climate Change Commission; the focal point for the Spanish Signatory shall be appointed by the Ministry of Environment.

The Monitoring Committee shall meet at least once a year, concomitantly with the Conferences of the Parties to the Convention or with the meetings of the subsidiary bodies

under the Convention. The travel and accommodation costs of the participants in the meetings shall be borne by each Signatory.

2.2 They shall exchange views on issues pertaining to international climate change negotiations and may share information on national and regional policies, programmes and regulations relating to climate change.

2.3 They shall help to identify and publicize the opportunities for the public and private sectors of the two countries to conduct CDM project activities and may jointly define areas of priority for the development and implementation of projects under the Clean Development Mechanism. Such areas may be identified and eventually altered by common agreement between the focal points. Approval and implementation of project activities of interest will also depend on the conformity of such activities with the environmental legislation and regulations of the host country.

2.4 The focal points shall exchange information and views, during the Monitoring Committee meetings and on a regular basis, on the following topics relating to CDM project activities, while preserving the appropriate confidentiality:

- Potential private investors and project participants;
- The progress of projects and other activities carried out under this Memorandum;
- Sources of project funding and the policy framework needed to facilitate access to such funding sources;
- Project criteria, approval procedures and guidelines applicable to CDM projects;
- Methodologies and mechanisms for determining emission baselines and additionality, and for monitoring and verification of net greenhouse gas emission reductions.

3. Potential projects may be reviewed by mutual agreement during the meetings of the Monitoring Committee or through direct contact between the focal points.

4. In the event that any project activity involves access to, sharing, transfer or joint development of technology that is subject to patents or other intellectual property rights, the Signatories, or their representatives, shall jointly decide in advance as to the adequate consideration of intellectual property rights, in accordance with the legislation in force in the two countries.

5. Differing interpretations of international regulations or questions relating to specific projects shall be discussed directly and expeditiously by the focal points. In the case of controversies among participants in CDM projects, the Signatories shall make every effort to reach consensus.

6. This Memorandum may be amended by mutual agreement between the Signatories.

7. This Memorandum of Understanding shall come into effect on the date of its signature and shall remain in effect until the end of the first commitment period of the Kyoto Protocol, namely, 2012, unless one of the Signatories notifies the other in writing of its intention to terminate it. This Memorandum shall cease to have effect six months after the date on which either Signatory receives written notice from the other of its intention to terminate it. Termination of this Memorandum shall not affect ongoing projects or the acqui-

sition of certified emission reductions agreed upon by either Signatory before the notification.

8. This Memorandum shall not create international legal obligations.

Signed in duplicate at Brasília on 24 January 2005, in Portuguese and Spanish, both texts being equally authentic.

For the Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM  
Minister for Foreign Affairs

For the Ministry of Environment of Spain:

MIGUEL ANGEL MORATINOS CUYAUBÉ  
Minister for Foreign Affairs and Cooperation

[TRANSLATION — TRADUCTION]

MEMORANDUM D'ACCORD ENTRE LE MINISTÈRE DES RELATIONS  
EXTÉRIEURES DU GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRA-  
TIVE DU BRÉSIL ET LE MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT DU  
GOUVERNEMENT DU ROYAUME D'ESPAGNE RELATIF À LA COO-  
PÉRATION DANS LE DOMAINE DES CHANGEMENTS CLIMATIQUES  
POUR LE DÉVELOPPEMENT ET L'EXÉCUTION DE PROJETS À L'IN-  
TÉRIEUR D'UN MÉCANISME DE DÉVELOPPEMENT PROPRE AU  
PROTOCOLE DE KYOTO

PRÉAMBULE

Le Ministère des affaires étrangères de la République fédérative du Brésil et le Ministère de l'environnement du Royaume d'Espagne désignés ci-après par les "signataires"),

Rappelant la coopération existante et soulignant la nécessité de préserver et d'améliorer l'environnement pour les générations présentes et futures et l'importance du développement durable;

Rappelant que le Brésil et l'Espagne sont Parties à la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques (désignée ci-après par "la Convention") ou "la CCCC") et ont déposé leurs instruments respectifs de ratification et d'accession au Protocole de Kyoto en vue d'en être Parties après son entrée en vigueur;

Considérant que le Préambule du Protocole reconnaît que caractère planétaire des changements climatiques requiert de tous les pays qu'ils coopèrent le plus possible et participent à une action internationale efficace et appropriée, selon leurs responsabilités communes mais différenciées, leurs capacités respectives et leur situation sociale et économique;

Ayant à l'esprit que l'article 12 du Protocole de Kyoto et les décisions adoptées par la Conférence et la réunion des Parties concernant les directives pour l'application dudit Protocole prévoient que les Parties qui ne sont pas incluses dans l'Annexe I peuvent transférer aux Parties qui y sont incluses, des réductions d'émissions certifiées (REC) grâce à des activités relevant du Mécanisme pour un développement propre (CDM). Ces réductions d'émissions certifiées peuvent être utilisées par ces dernières pour respecter les engagements chiffrés de limitation et de réduction en vue de promouvoir le développement durable des Parties qui ne sont pas incluses à l'Annexe I et permettre ainsi que soient atteints l'objectif final de la CCCC;

Reconnaissant l'importance des politiques nationales et les mesures visant à faire respecter les engagements de limitation et de réduction en vertu du Protocole de Kyoto des pays inclus dans l'Annexe I et la plus grande disponibilité de crédits provenant des activités déployées conformément au CDM;

Reconnaissant que la participation à un projet d'activité du CDM est volontaire et entraîne par conséquent la coopération mutuelle sur une base équitable;



Ayant à l'esprit dans le cas de l'Espagne, la Directive 2003/87/EC du Parlement européen du 13 octobre 2003 établissant un système d'échange de quotas d'émission de gaz à effet de serre dans la Communauté et modifiant la directive 96/61/CE du Conseil et la Directive 2004/101/CE du Parlement européen et du Conseil du 27 octobre 2004 modifiant la directive 2003/876/CE établissant un système d'échange de quotas d'émission de gaz à effet de serre dans la Communauté, au titre des mécanismes de projet de Protocole;

Ayant à l'esprit le Décret loi 5/2004 du 27 août 2004 réglementant l'échange dans l'allocation de l'émission de gaz à effet de serre et le Décret royal 1866/2004 du 6 septembre 2004 relatif au Plan national d'allocation des quotas d'émission pour la période 2005-2007;

Reconnaissant que la coopération sur les questions relatives au changement climatique y compris dans la mise en oeuvre les projets d'activités du CDM peut contribuer à diminuer les émissions de gaz à effet de serre à une échelle globale et provoquer un impact positif sur le développement communautaire, social et économique.

Exprimant la volonté politique de développer un processus durable de coopération sur des questions relatives au changement climatique à la lumière des objectifs et des principes de la CCCC et du Protocole de Kyoto, notamment en ce qui concerne la mise en oeuvre du Mécanisme pour un développement propre du Protocole de Kyoto,

Sont convenus de ce qui suit :

1. Les signataires établiront une coopération mutuelle dans le domaine du changement climatique en fournissant un forum pour des consultations politiques bilatérales régulières afin de permettre aux deux signataires d'atteindre leurs objectifs en vertu de la CCCC et le Protocole de Kyoto et amener l'Espagne à respecter ses obligations selon la Directive 2003/87/CE du 13 octobre 2003 établissant un système d'échange de quotas d'émission de gaz à effet de serre dans la Communauté.

Les signataires mettront en oeuvre la coopération en appuyant et en facilitant l'investissement et en identifiant des activités communes dans des projets de réduction et d'absorption des émissions de gaz à effet de serre au Brésil et le transfert à l'Espagne d'une part convenue des réductions d'émissions certifiées (REC) provenant de ces projets d'activités. Les modalités et les procédures suivies devront être conformes à l'article 12 du Protocole de Kyoto et à ses règles d'application.

2. Dans le cadre du présent Mémoire d'accord, les signataires devront conduire les activités suivantes :

2.1 Créer un Comité de suivi afin d'échanger leurs vues sur les questions relatives aux négociations sur le changement climatique, partager les informations et encourager le développement et la mise en oeuvre des projets de CDM auxquels participent les institutions publiques et privées des deux pays. Le Comité de suivi devrait inclure un pôle central de deux membres représentant chacun des signataires. Ce pôle devrait être désigné dans deux mois au maximum après la signature du présent Mémoire; des représentants des institutions gouvernementales chargées des questions relatives au changement climatique dans les deux pays devraient également être nommés.

Le pôle central aurait la responsabilité de toutes les questions relatives à l'application du présent Mémoire dans les deux pays. Le membre brésilien devrait être nommé par

la Commission interministérielle sur le changement climatique et celui de l'Espagne, par le Ministère de l'environnement.

Le Comité de suivi devrait se rencontrer au moins une fois par an en même temps que les Conférences des Parties à la Convention ou les réunions des organes subsidiaires de la Convention. Les frais de voyage et de séjour des participants aux réunions devraient être à la charge des deux signataires;

2.2 Echanger leurs vues sur les questions relatives aux négociations sur le changement climatique et partager les informations sur les politiques nationales et régionales, les programmes et les règlements relatifs au changement climatique;

2.3 Aider à identifier et à faire connaître les possibilités pour les secteurs publics et privés des deux pays de mener des projets d'activités de CDM et définir ensemble les zones de priorité pour le développement et l'application de projets sous les auspices du Mécanisme pour un développement propre. Ces zones seront identifiées et modifiées éventuellement avec l'accord du pôle central. L'approbation et la mise en oeuvre de projets d'activités présentant un intérêt dépendraient de leur conformité à la législation concernant l'environnement et des règlements du pays hôte;

2.4 Les membres du pôle central échangeront des informations et des vues au cours des réunions du Comité de suivi et, sur une base régulière, discuteront des projets suivants d'activités relatifs au CDM avec le degré de confidentialité appropriée :

- Investisseurs privés potentiels et participants à des projets;
- Avancée des projets et autres activités menées selon les termes du présent Mémoire;
- Sources de financement des projets et cadre politique nécessaire pour accéder aux sources de financement;
- Critères des projets, procédures d'approbation et directives applicables aux projets de CDM;
- Méthodologies et mécanismes pour déterminer les points de comparaison des émissions et leur complémentarité et pour contrôler et vérifier les réductions nettes des émissions à effet de serre.

3. Les projets potentiels peuvent être examinés à nouveau par accord mutuel au cours des réunions du Comité de suivi ou par contact direct entre les membres du pôle central.

4. Dans le cas où un projet suppose l'accès, le partage, le transfert ou le développement commun de technologie qui devrait être brevetée ou soumise à des droits de propriété intellectuelle, les signataires ou leurs représentants devraient ensemble et à l'avance accorder une attention, appropriée aux droits de propriété intellectuelle, conformément à la législation en vigueur dans les deux pays.

5. Des interprétations différentes de règlements internationaux ou de questions relatives à des projets spécifiques devront être abordées directement et sans délai par les membres du pôle central. En cas de désaccord entre les participants à des projets de CDM, les signataires doivent déployer tous leurs efforts pour arriver à un consensus.

6. Le présent Mémoire peut être amendé par consentement mutuel des signataires.

7. Le présent Mémorandum d'accord entrera en vigueur à la date de sa signature et restera en vigueur jusqu'à la fin de la première période d'engagement du Protocole de Kyoto, soit l'année 2012, à moins que l'un des signataires ne notifie à l'autre, par écrit de son intention de le dénoncer. Le Mémorandum cessera d'être en vigueur six mois après la date à laquelle l'un des signataires aura reçu une notification écrite de dénonciation. La dénonciation du Mémorandum ne met pas fin à des projets en cours ou à l'acquisition de réductions d'émissions certifiées qui a été convenue pour l'une ou l'autre des signataires avant la notification.

8. Le présent Mémorandum ne crée pas d'obligations juridiques internationales.

Signé en double exemplaire à Brasilia le 24 janvier 2005, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant foi.

Pour le Ministère des affaires étrangères de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM  
Ministre des affaires étrangères

Pour le Ministère de l'environnement de l'Espagne :

MIGUEL ANGEL MORATINOS CUYAUBÉ  
Ministre des affaires étrangères et de la coopération

